

1 **ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR**
2 **DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO**
3 **PAULO, DO ANO DE DOIS MIL E CATORZE.** Aos quinze dia do mês de abril do ano de
4 dois mil e catorze, realizou-se na sala n.º 916, da Área de Edificações, do *Campus* São Paulo,
5 às treze horas, sob a presidência do Reitor em exercício, Professor Whisner Fraga Mamede, e
6 com a presença dos conselheiros Antônio Augusto Teixeira Pinto de Moraes, Arnaldo
7 Augusto Ciquielo Borges, Breno Teixeira Santos, Caio Ítalo Marcieri Pimpinato, Débora
8 Eloiza Simeão, Denilza da Silva Frade, Eduardo Marmo Moreira, Francisco Antônio de
9 Almeida, Francisco Rosta Filho, Iara Pedro, João Baptista S. Cascaldi, Joel Dias Saade,
10 Luciano Luís Ribeiro da Silva, Luís Cláudio de Matos Lima Júnior, Márcio Rogério Tomazzi
11 Estevo, Paulo José Evaristo da Silva, Paulo Osni Silvério, Pedro Henrique Alves Batista,
12 Robson Nunes da Silva, Thais Surian e Wania Tedeschi e da secretária Rita de Cássia
13 Fernandes Cristóvão. **Ausências Justificadas:** Daniel Correa Lobato, Daniel Garcia Flores,
14 Everaldo Nassar Moreira, Felipe Alexander Julio, José Maria Ferraz Júnior, José Rodrigues
15 Mao Júnior, Pedro Augusto Pinheiro Fantinatti e Ricardo Donizete Pereira de Souza. **I –**
16 **ABERTURA DA REUNIÃO:** Constatado o *quorum* regimental, o presidente deu por abertos
17 os trabalhos, inicialmente agradecendo a presença de todos. Disse que o reitor Eduardo
18 Antonio Modena não pôde comparecer devido à convocação para o Conif. Disse, ainda, que o
19 reitor irá se pronunciar à comunidade com relação à interrupção da transmissão ao vivo da
20 reunião do Conselho Superior de 1º de abril de 2014. Foi colocada em votação a aprovação da
21 ata da terceira reunião ordinária de 1º de abril. O conselheiro Luciano Luís Ribeiro da Silva
22 disse que poderia validar apenas uma parte da ata, visto que durante a análise do Processo n.º
23 23305.001448.2013, do qual é o interessado, ficaria impedido de fazer parte do Conselho
24 Superior. Propôs que a ata fosse dividida em duas partes, sendo uma referente apenas à
25 análise do citado processo. A proposta de divisão da ata foi colocada em votação, tendo
26 recebido 10 votos contrários, 7 favoráveis e 1 abstenção. O conselheiro Antônio Augusto
27 Teixeira Pinto de Moraes solicitou excluir o trecho: “O conselheiro Antônio Augusto Teixeira
28 Pinto de Moraes, que se absteve e, apesar de todos os esclarecimentos, declarou que o
29 Conselho Superior é soberano para solicitar abertura de sindicância para esclarecimentos a
30 respeito do processo eleitoral em questão”, substituindo-o por: “O conselheiro Antônio
31 Augusto Teixeira Pinto de Moraes, após ouvir o parecer da relatora a respeito da
32 intempestividade e também contra argumentação do conselheiro Luciano Silva alegando que
33 fora concedido prazo adicional e portanto não havia intempestividade, ponderou que deveria
34 ser então consultada documentação adicional para que fosse esclarecida a dúvida para os
35 conselheiros. A relatora então externou que tinha ‘fé pública’ e não poderia ser questionada
36 nesse sentido. Após isso, o conselheiro Antônio Augusto Teixeira Pinto de Moraes declarou
37 que o Conselho Superior é soberano para solicitar abertura de sindicância para
38 esclarecimentos a respeito do processo eleitoral em questão e se absteve de votar devido à
39 ponderação que fez sobre a necessidade de maiores esclarecimentos a respeito da
40 intempestividade”. O conselheiro Antônio Augusto Teixeira Pinto de Moraes disse que, em
41 sua opinião, a parte a ser substituída não era clara, e sim contraditória. O presidente disse que
42 o trecho em questão referia-se a ação ocorrida após a interrupção da transmissão e que no seu
43 entendimento o colegiado precisaria decidir como tais informações deveriam ser registradas
44 em ata. Os conselheiros colocaram em votação a manutenção do registro em ata da matéria
45 apreciada após a interrupção da transmissão. Houve 11 votos favoráveis, 1 contrário e 4
46 abstenções. O conselheiro Luciano Silva solicitou que fosse registrada sua abstenção. Os
47 conselheiros decidiram concluir a discussão sobre a aprovação da ata e foi elaborada proposta
48 de fazer uma consulta à Procuradoria Jurídica do IFSP (PJU) sobre a legalidade da divulgação
49 das ações ocorridas após a interrupção da transmissão da reunião. Houve 12 votos favoráveis,
50 1 contrário e 4 abstenções. O conselheiro Arnaldo Augusto Ciquielo Borges solicitou que
51 fosse registrado seu posicionamento contrário à consulta à PJU. **II - ORDEM DO DIA:** Foi
52 solicitada a inversão de pauta de modo que a primeira matéria a ser apreciada fosse o PDI.

53 Houve 15 votos favoráveis e 2 contrários. **1 Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**
54 – **Relatores: Denilza Frade e Caio Ítalo Marcieri Pimpinato.** O presidente solicitou aos
55 conselheiros que os membros das comissões central e locais do PDI, convocados para a
56 presente reunião, tivessem direito a voz quando fossem solicitados esclarecimentos pelo
57 Conselho. Colocada em votação, a proposta obteve 15 votos favoráveis, 1 contrário e 1
58 abstenção. O presidente solicitou ao servidor Leandro Daros Gama, coordenador do Comitê
59 Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais de Magistério de
60 Educação Básica, que lesse a carta aberta ao Conselho Superior elaborada pelo citado comitê.
61 Nesta, o comitê solicitou que o colegiado considerasse muito seriamente a possibilidade de
62 determinar explicitamente, mediante resolução, que a oferta de cursos de licenciatura é uma
63 prioridade da instituição, e que fosse estabelecida a meta de atingir o mínimo de 20% de suas
64 vagas ofertadas para a formação inicial de professores até 2018, término do período de
65 vigência do novo PDI. Os relatores procederam à apresentação de seu parecer. Foi
66 apresentado o histórico da construção do documento, o cronograma e a metodologia adotada.
67 Especificou-se que houve o compromisso da gestão em atender ou aproximar-se dos
68 percentuais de ofertas de vagas definidos pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que
69 cria os Institutos Federais. Por fim, os relatores emitiram parecer favorável à aprovação do
70 PDI, com a ressalva de que a aprovação do PDI ficaria condicionada à deliberação para a
71 reitoria designar, no prazo de 60 dias, Comissão de Avaliação e reorientação do respectivo
72 documento. Esclareceu-se que o percentual de oferta de vagas previsto pela citada lei diz
73 respeito ao IFSP e não a cada *campus* em particular, mas que foi dada a indicação a cada
74 *campus* para que procurasse respeitar esses percentuais. O servidor Reginaldo Vítor Pereira,
75 da Comissão Central do PDI, disse que os *campi* que ainda não alcançaram o percentual de
76 vagas para licenciaturas previsto por lei se comprometeram a adequar-se. O conselheiro
77 Luciano Silva lembrou que há a previsão legal de justificar as diferenças de percentuais de
78 vagas ofertadas de acordo com as demandas sociais. O conselheiro, ainda, questionou o fato
79 de o Pronatec e o EAD terem sido denominado “pontos polêmicos” no documento e sugeriu a
80 retirada da expressão. Apontou, ainda, que: o acordo do IFSP com a Secretaria Estadual da
81 Educação não foi mencionado no PDI; que foi apontada a terceirização do concurso público; e
82 que no documento não foi dedicada a devida atenção aos discentes. O conselheiro Arnaldo
83 Augusto Ciquielo Borges disse que estabelecer o critério de percentuais por *campi* fere
84 compromissos anteriormente assumidos pelo IFSP para com a sociedade. Perguntou à
85 Comissão qual foi o critério adotado para avaliar as propostas dos *campi*. O servidor
86 Reginaldo Vítor Pereira disse que no Colégio de Dirigentes houve votação e foi escolhido o
87 critério dos percentuais de vagas por *campus*. O conselheiro Arnaldo Augusto Ciquielo
88 Borges perguntou como foi verificada a possibilidade de atendimento, uma vez verificadas as
89 demandas dos *campi*. O servidor Reginaldo Vítor Pereira disse que houve uma reunião
90 realizada em Jundiaí, na qual esta questão foi tratada e na qual foram verificadas a
91 possibilidade ou impossibilidade de atendimento das demandas. A relatora Denilza Frade
92 disse que concordava com os pontos apontados pelo conselheiro Luciano Silva. Disse que a
93 Comissão Permanente do PDI poderia rever os pontos no documento por ele apontados. A
94 conselheira Wania Tedeschi disse que há um documento institucional que visa solicitar a
95 continuidade e o aprimoramento da parceria do IFSP com a Secretaria Estadual da Educação.
96 O presidente disse que concordava com a retirada da questão da terceirização dos concursos
97 públicos do texto do PDI, visto que não há a certeza se esta será uma política da instituição. O
98 conselheiro Antônio Augusto Teixeira Pinto de Moraes perguntou se o aproveitamento de
99 filas de docentes aprovados em concursos ou no presente concurso em andamento visava a
100 atender o PDI 2014-2018. O presidente esclareceu que, seja em relação ao aproveitamento de
101 filas, seja em relação ao concurso para docentes em andamento, o objetivo é cobrir a
102 necessidade dos cursos já existentes. O conselheiro relator Caio Ítalo Marcieri Pimpinato
103 disse que houve falta de participação de representatividades no PDI, inclusive dos discentes.
104 Passou à votação da matéria. Foi colocado em votação o parecer da relatoria. Houve 16 votos

105 favoráveis, 1 contrário e 1 abstenção. O conselheiro Antônio Augusto Teixeira Pinto de
106 Moraes declarou que seu voto foi contrário foi devido à questão da legalidade do documento,
107 que deveria ser analisado juridicamente. O conselheiro Pedro Henrique Alves Batista declarou
108 que se absteve de votar devido ao fato de terem sido levantados pontos no documento que
109 ainda devem ser melhorados. Foi colocada em votação a prorrogação da reunião até as
110 dezessete horas e trinta minutos. Houve 15 votos favoráveis e 1 abstenção. **Deflagração das**
111 **Eleições para Diretores-Gerais – Campi Caraguatatuba e Campos do Jordão.** O
112 presidente solicitou que as deflagrações fossem apreciadas separadamente. Não houve
113 objeções. **2. Deflagração das Eleições para Diretor-Geral – Campus Caraguatatuba.** O
114 presidente solicitou que o Professor Roberto Vergueiro da Silva expusesse aos conselheiros
115 um fato novo referente ao *Campus* Caraguatatuba. Não houve objeções. O Professor Roberto
116 Vergueiro, com relação ao processo eleitoral do referido *campus*, informou que em 6 de
117 janeiro de 2014 o Professor João Roberto Moro assumiu o cargo de diretor-geral. Disse que,
118 no dia 24 de março, o IFSP recebeu uma liminar para a recondução do Professor Adriano
119 Aurélio Ribeiro Barbosa ao cargo do Diretor-Geral do *Campus* Caraguatatuba. Disse que a
120 liminar foi encaminhada à PJU para que fossem respondidos os questionamentos nela
121 contidos. Disse que, em um primeiro momento, a liminar foi negada com relação à
122 recondução do Professor Adriano Aurélio Ribeiro Barbosa ao cargo, e que haverá o
123 julgamento do mérito. Disse que se deveria ponderar sobre a deflagração imediata do
124 processo de consulta agora ou a espera do resultado da liminar. Disse que a data do
125 julgamento do mérito não foi ainda definido. Esclareceu, ainda, que não há impedimento legal
126 referente à participação do Professor Adriano Aurélio Ribeiro Barbosa em um novo processo
127 eleitoral. O conselheiro Paulo José Evaristo da Silva propôs que a matéria fosse apreciada em
128 uma próxima reunião do colegiado, com relatoria de membro do Conselho. O Presidente
129 esclareceu que a proposta seria apreciada e votada em um segundo momento, caso as eleições
130 não fossem deflagradas pelo colegiado. O conselheiro Arnaldo Augusto Ciquielo Borges fez
131 as seguintes propostas: 1. Deflagrar o processo eleitoral. 2. Discutir sobre a duração do
132 mandato, se de quatro anos ou complementar, de modo a coincidir com o final do mandato do
133 atual reitor. Foi colocada em votação a proposta de deflagrar o processo eleitoral para diretor-
134 geral do *Campus* Caraguatatuba. Houve 11 votos favoráveis, 3 contrários e 2 abstenções. Uma
135 vez deflagrado o processo eleitoral, procedeu-se à votação da duração do mandato do diretor-
136 geral. Houve 12 votos favoráveis ao mandato ser complementar e 4 abstenções. O conselheiro
137 Arnaldo Augusto Ciquielo Borges declarou ser favorável à deflagração do processo eleitoral
138 para diretor-geral do citado *campus* e ao período do mandato do diretor eleito ser
139 complementar. **3. Deflagração das Eleições para Diretor-Geral – Campus Campos do**
140 **Jordão.** Procedeu-se à votação da deflagração do processo eleitoral. Houve 16 votos
141 favoráveis à deflagração das eleições O presidente disse aos conselheiros que esta era uma
142 situação diferente da do *Campus* Caraguatatuba e que não caberia a discussão sobre o período
143 do mandato, que este findaria com aquele do reitor. O presidente lembrou aos presentes que
144 deverá ser feita a escolha da Comissão Eleitoral Central, visto que a eleição havia sido
145 deflagrada. Os conselheiros colocaram novamente em votação a continuidade da reunião até
146 as dezessete horas e trinta minutos, com a retomada a pauta da reunião anterior, realizada em
147 1º de abril. Houve 16 votos contrários e 4 favoráveis. **Pauta da próxima reunião.** Retomada
148 da pauta da reunião realizada em 1º de abril. III – COMUNICADOS: Não houve. O
149 presidente deu por encerrados os trabalhos e, para tudo constar, eu, Rita de Cássia Fernandes
150 Cristóvão, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, vai assinada por mim, pelo
151 presidente e pelos conselheiros presentes.

152

153 Rita de Cássia Fernandes Cristóvão _____

154 Whisner Fraga Mamede _____

155 Antônio Augusto Teixeira Pinto de Moraes _____

- 156 Arnaldo Augusto Ciquielo Borges _____
- 157 Breno Teixeira Santos _____
- 158 Caio Ítalo Marcieri Pimpinato _____
- 159 Débora Eloiza Simeão _____
- 160 Denilza da Silva Frade _____
- 161 Eduardo Marmo Moreira _____
- 162 Francisco Antônio de Almeida _____
- 163 Francisco Rosta Filho _____
- 164 Iara Pedro _____
- 165 João Baptista S. Cascaldi _____
- 166 Joel Dias Saade _____
- 167 Luciano Luís Ribeiro da Silva _____
- 168 Luís Cláudio de Matos Lima Júnior _____
- 169 Márcio Rogério Tomazzi Estevo _____
- 170 Paulo José Evaristo da Silva _____
- 171 Paulo Osni Silvério _____
- 172 Pedro Henrique Alves Batista _____
- 173 Robson Nunes da Silva _____
- 174 Thais Surian _____
- 175 Wania Tedeschi _____